

## MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS INTERSECÇÕES: O PROTAGONISMO FEMININO NA CONQUISTA DE TERRAS

Leonarda Rodrigues da Silva Brito <sup>1</sup>  
José Aristony dos Santos Rodrigues <sup>2</sup>  
José Joaquim da Silva Neto <sup>3</sup>  
Géssika Cecília Carvalho da Silva Folhadela <sup>4</sup>

### RESUMO

Na agricultura familiar, os conhecimentos sobre produção rural são repassados precocemente à descendência das famílias. Nesse contexto, estão inseridas as mulheres agricultoras, que desempenham funções fundamentais no desenvolvimento da agricultura desde o início de suas vidas. A participação feminina em Movimentos Sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra, é marcada por protagonismo, no qual elas ocupam cargos de liderança e tomam iniciativas fundamentais na luta por uma Reforma Agrária efetiva. Dessa forma, o trabalho em tela possui como objetivo fazer uma análise das contribuições de agricultoras residentes em assentamentos de Reforma Agrária na região da Zona da Mata Alagoana, realizando um estudo sobre suas vivências, valores, representações e atuações. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e entrevistas narrativas, pois a entrevista narrativa busca romper com a rigidez imposta pelas entrevistas estruturadas e gera textos narrativos sobre as experiências vividas, que, por sua vez, nos permitem identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências. Com base nos dados obtidos na pesquisa, é possível afirmar que as mulheres agricultoras atuam na linha de frente dos movimentos sociais e dos assentamentos nos quais residem. Em um ambiente marcado pela desigualdade de gênero, elas existem e resistem enquanto produtoras de alimentos e guardiãs de um grande conhecimento ancestral. Além de ocuparem cargos de liderança em assentamentos, elas ocupam a liderança familiar, sendo fundamentais não apenas na conquista coletiva de terras, mas também na individual, pois muitas são responsáveis por conduzir suas famílias até os movimentos de Reforma Agrária. Ademais, destaca-se a crescente ocupação feminina nas mais diversas esferas sociais, reivindicando seus direitos, lutando por melhorias, representando e liderando uma classe que durante séculos foi invisibilizada é uma forma de reescreverem suas histórias.

**Palavras-chave:** Agricultoras, Protagonismo, Movimentos Sociais, Agricultura Familiar, Assentamentos.

### INTRODUÇÃO

Nas palavras de Schnorrenberger e Angelin (2018, p. 38), “a trajetória das mulheres camponesas no Brasil é traçada por lutas de resistência organizadas contra a

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário de Maceió – UNIMA, leonarda.brito@alunos.afya.com.br;

<sup>2</sup> Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, jose.aristony@ichca.ufal.br;

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, jose.joaquim@fanut.ufal.br;

<sup>4</sup> Doutora em Sociologia pela UFPB. Mestre em Sociologia pela UFPE. Graduada em Ciências Sociais pela UFPE. Professora do Instituto Federal de Alagoas, Campus Maragogi, gessika.carvalho@ifal.edu.br.



cultura patriarcal, busca por direitos de cidadania e por reconhecimento identitário”. Foi somente na Constituição Federal de 1988 que as mulheres do campo passaram a ter seu devido reconhecimento como agricultoras e, por consequência, acesso a seus direitos e garantias enquanto trabalhadoras rurais.

Salienta-se que, nesse marco histórico, a atuação de movimentos de mulheres do campo foi responsável por pressionar o Poder Constituinte e, dessa forma, contribuíram na construção da Constituição Federal de 1988. Em vista disso, elas foram responsáveis por assegurar o reconhecimento político, identitário e de acesso à renda e terras das agricultoras, bem como possibilitaram seu reconhecimento frente à família, à sociedade e ao Estado.

No que concerne à Reforma Agrária no país, Sagaz (2024, p. 64) explica que ela “é uma política de Estado, que intervém na questão da propriedade de terra. Ela surge como política de Estado sobretudo para o desenvolvimento interno do país, e é sinônimo de distribuição da propriedade da terra”. Desta forma, consagra-se como uma das políticas mais importantes para a redução da desigualdade social no Brasil.

Na luta pela Reforma Agrária no Brasil, as mulheres rurais atuam principalmente por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Quines (2023, p. 17) afirma que “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado em 1984 e desde o início as mulheres estiveram fortes no movimento nos enfrentamentos às desigualdades”. Sagaz (2024, p. 15) complementa explicando que:

As mulheres sempre estiveram presentes e atuantes como protagonistas na trajetória dos 40 anos do MST. Para compreender este protagonismo é importante apresentar a trajetória por elas construída, os processos e debates internos nos assentamentos, acampamentos, coletivos e instâncias que permitissem avançar na participação efetiva, nas decisões políticas e na definição e implementação da estratégia da organização.

Quanto à Comissão Pastoral da Terra, considera-se sua atuação fundamental na assessoria aos movimentos sociais do campo, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo Figueira e Pinho (2023, p. 1) “a Comissão foi criada no contexto histórico da Ditadura Militar no Brasil, em meio ao projeto político de Emílio Médici (1969-1974) e Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979)” durante uma forte movimentação pela Reforma Agrária no país. Barroso, Lopes e Vasconcelos (2024, p. 7) complementam alegando que:

[...] se pode constatar que a CPT é uma entidade de grande relevância para a vida dos povos do campo, devido à importância dos trabalhos que são feitos



por ela. A sua atuação alcança aqueles que defendem as injustiças cometidas contra os menos favorecidos deste país.

Chaves *et al.* (2021, p. 3) sustentam a afirmativa que “o mundo em que vivemos não é mais o mesmo, pois as mulheres vêm ocupando posições transformadoras no nosso cotidiano, sobretudo, mostrando o quanto são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade”. Assim,

[...] quando se pensa nas camponesas do Brasil, por exemplo, organizada no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é possível pensar na aproximação das pautas de lutas sociais e de processos de (re) existências dessas mulheres (Silvério, 2021, p. 2).

Mediante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo investigar as experiências, vivências e atuações das mulheres agricultoras dos Assentamentos de Reforma Agrária localizados na região da Zona da Mata Alagoana, no que concerne a suas participações no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e na Comissão Pastoral da Terra.

## **METODOLOGIA**

Como primeira forma de coleta de dados, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória sobre a temática a ser trabalhada. Em seguida, sucedeu-se a realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres residentes nos Assentamentos Dom Helder Câmara e Padre Emílio April – Sítio Gordo, ambos localizados na Zona da Mata de Alagoas. A seleção dos referidos assentamentos foi feita com base na história de luta pela terra das mulheres que neles residem.

A escolha pela opção metodológica se deve ao fato de a entrevista ser “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (Gil, 1999, p. 117).

Nesse prisma, segundo Verena Alberti (1990), a fonte oral é importante tanto pelo seu ineditismo quanto pelo preenchimento de lacunas de outros documentos. Assim, a fonte oral, ao aguçar a memória individual e coletiva, desperta as lembranças, ressentimentos e esquecimentos selecionados, filtrados e depurados a partir do presente histórico da entrevista.

Para a seleção das entrevistadas, utilizamos a técnica de snowball sampling (amostragem por bola de neve) ou snowball, que se constitui em:



[...] uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto [...] Portanto, a snowball (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede (Baldin; Munhoz, 2011, p. 332).

Por fim, é importante ressaltar que todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme preconizam os preceitos éticos da realização de pesquisas científicas, de acordo com as prerrogativas da resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Assentamento Padre Emílio April – Sítio Gordo, desde sua origem enquanto assentamento de Reforma Agrária, teve mulheres como líderes da Associação dos Trabalhadores. Alaide Ribeiro foi a primeira presidente do assentamento, tomou a frente da luta durante a ocupação e liderou com maestria os antigos posseiros da fazenda até a homologação das terras. A moradora Maria Cicera compartilha que:

*A primeira presidenta era uma mulher. O nome dela era Alaide Ribeiro da Silva. O posto de saúde é em homenagem a ela. A pessoa mais importante do gordo foi ela, para mim, na minha opinião. Chegou uma época que ela fraquejou. Então eu virei ela e ela queria desistir. E às vezes eu queria desistir. Então ela me levantava e eu levantava ela. Ai eu fiquei sendo os braços, as mãos e os olhos dela. Para onde ela ia, eu ia. Enquanto você estiver levantando para ir eu luto com você (Entrevistada 1).*

Alaide foi um grande exemplo de liderança rural. Seus companheiros e companheiras de luta recordam que, quando ela falava: “Bora!”, eles a seguiam. No início da reivindicação das terras, a presidente Alaide fazia parte da igreja católica local e foi ela quem compartilhou com o Padre Emílio sobre o desejo dos posseiros de que aquela fazenda fosse comprada pelo INCRA. O padre prontamente os apoiou juntamente com a Comissão Pastoral da Terra.

A antiga posseira Maria Cicera Ferreira foi o “braço direito” de Alaide Ribeiro, como relatado no trecho da entrevista anterior, e durante toda sua vida residiu na Fazenda Gordo (local onde hoje se localiza o assentamento). Em uma época na qual o patriarcado opressor destinava às mulheres uma vida de submissão, Maria fez sua voz ser ouvida, atuou como resistência dentro da fazenda e também na participação dos protestos e demais momentos de reivindicação.



Atualmente, o Assentamento Padre Emílio April – Sítio Gordo tem como liderança Edclaudia Rocha. Seu primeiro mandato se iniciou em 2020 e, após reeleição, permanece até o presente momento. Com uma luta focada em assegurar o direito e garantias dos agricultores e agricultoras rurais, ela milita nas mais diversas frentes, lutando por uma vida digna no campo.

O Assentamento Dom Helder Câmara tem como líder Maria Rita Rosa. Grande defensora das mulheres agricultoras, tem sua militância nos mais diversos movimentos sociais para garantir os direitos dos mais vulneráveis. Já participou de dois acampamentos de Reforma Agrária e possui um vínculo forte com o MST e a CPT, pois trabalhou lado a lado com essas organizações por muitos anos. Em sua entrevista, relata que:

*Desde pequeninha meu estágio foi a roça, minha escola foi a roça, foi a casa de farinha, foi tira goma, foi fazer beiju, foi fazer farinha. Então o que eu sei hoje, que quando tudo aperta assim na vida, é quem nos dá suspiro, é a roça, certo. Daqui eu como, daqui eu visto, entendeu, a roça me proporcionou vida (Entrevistada 2).*

No que se refere à chegada ao Assentamento Dom Helder Câmara, oitenta por cento das mulheres entrevistadas afirmam estar nessas terras desde o início da ocupação, que foi realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A moradora Nailda Maria relembra que:

*Um conhecido nosso disse "tão dizendo que tão pegando terra, tão dando o nome na igreja". Eu falei oxente, que isso, e ele disse "num seio, tão dando o nome, o povo lá" eu disse eu vou, ele disse "tu vai". Ai eu cheguei e disse pro meu marido, óia, tão dizendo que tão dando o nome na igreja pro povo pegar terra e eu vou, ele disse "tu é doida é" eu disse não, eu vou, ele disse "vai e fique lá" e eu disse fico mesmo "é porque com certeza você vai ficar lá mai o povo, mai os homi" eu disse "rapaz, eu não sei como é história, eu vo vê comé que é" e fui mim bora (Entrevistada 3).*

Observa-se neste trecho a iniciativa tomada pela entrevistada em relação à participação da família nesta ocupação. A autora Silvério (2021, p. 33) explica que “em determinadas famílias a decisão de entrarem para o movimento social foi tomada com a participação efetiva e incisiva das mulheres”. Portanto, nota-se a importância do protagonismo feminino na conquista de terras em todo o território nacional.

Na entrevista da moradora Maria José, observa-se que uma das motivações para que essas mulheres tomassem iniciativa em participar da luta pela terra vem da preocupação com a família. A participante relata que:

*Eu fui lá na igreja e falei com o padre Alex né, aí eu disse “ô padre, eu queria acampar; eu disse que queria acampar; eu não tenho uma casa pra morar, não tenho, não tenho uma casa onde eu boto meus filhos, eu queria acampar” [...] hoje eu tenho minha casinha pra morar né, que eu não tinha né, não tinha uma casa para colocar meus filhos debaixo, hoje eu tenho uma*



*casa para morar, tenho o que comer, tem meu salarinho daqui, tenho que vender, tenho que dar, comer e não me fazer falta (Entrevistada 4).*

Quines (2023, p. 16) esclarece que:

Mulheres do campo são guerreiras que lutam por direitos, contra a violência doméstica, transformar o amargo em doce e ainda trabalhar para si e sua família. Isso não é trabalho leve, é pesado e pouco valorizado. Através da luta das mulheres do campo isso está mudando.

Quando falamos nos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres agricultoras, é importante reconhecer que o estigma que nos condicionava a acreditar que as funções por elas desempenhadas eram somente no campo reprodutivo vem sendo desconstruído. Atualmente, essas mulheres ocupam os mais diversos espaços no meio rural, inclusive a liderança e a participação nos movimentos sociais, sindicatos e secretarias municipais. De acordo com Cardoso e Pinto (2020, p. 3),

A ação das mulheres rurais em movimentos políticos revela-se um processo dinâmico, de múltiplas experiências e significados, resultante da formação de identidades coletivas e políticas num campo de instabilidades e tensões. Nesses campos são reproduzidos as desigualdades e o poder que favorecem a negação das mulheres como sujeitos políticos e que insistem em silenciá-las e torná-las submissas.

Em paralelo com o trabalho desenvolvido por Silvério (2021), a autora evidencia que ainda há limitações na aproximação entre as mulheres Sem Terra e a luta pela Reforma Agrária. A presente pesquisa é um aporte para esta tese, pois, mesmo executando com maestria suas funções, em muitos momentos e locais as agricultoras entrevistadas relataram terem sido desacreditadas, não apenas as que se encontravam em posição de liderança, como também todas as que se dispunham a falar e agir.

A exemplo disto, temos o caso da entrevistada Nailda Maria, que, ao comunicar seu marido sobre a ocupação das terras, prontamente foi questionada por seu esposo sobre o fato de que lá ela estaria com “outros homens”, evidenciando que o machismo estrutural é uma das limitações na aproximação entre as mulheres e a luta pela terra. Todavia, esses impedimentos não são capazes de parar essas mulheres. Silvério (2021, p. 4) relata que:

As mulheres Sem Terra com as quais dialoguei evidenciaram o seu empoderamento por meio dos modos como elas foram adquirindo na experiência social de luta pela reforma agrária popular a consciência de si e de seu papel na emancipação política, econômica, social, cultural, tendo impactos importantes de transformação na vida e na organização coletiva, com base no princípio e prática, por exemplo, da cooperação. Observei que o engajamento em um movimento social de luta pela terra, que impulsiona e desafia cotidianamente a reflexão, a autoformação sobre, entre outras questões, relações e educação de gênero, fomentaram para que muitas delas, na prática social, se fortalecessem na compreensão de que são elas próprias fazedoras de suas vidas, resistindo e lutando contra o machismo, sexismo, individualismo e toda forma de dominação e opressão do patriarcalismo convergente com o capitalismo.



A entrevistada Nailda Maria disserta em sua entrevista sobre as mudanças que notou em sua vida após começar a integrar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao ter proximidade com a CPT, relatou ter realizado um grande sonho: “pegar na mão de um padre”. Este era um sonho que ela acreditava que não realizaria, mas que foi concretizado mediante sua integração. Quanto à sua participação no MST, para além de ser um meio para conquistar a terra, ela a correlaciona com a redução da desigualdade de gênero no campo:

*Os homens também gostam de querer ser mais, mais, mais, e a gente sempre nunca tem valor, a gente trabalha, lava roupa, a gente amanhece o dia toma conta de casa, vai pra roça, vai pras contas que nem diz a história, que hoje não tem mais por aqui mas por esses canto que tem usina ainda tem né, aí faz tudo mas não tem valor, sempre não tem, aí tamo tendo, eu mesmo depois que eu entrei aqui no movimento sem terra, pra mim eu sinto que mudou muito, um bocado de coisa (Entrevistada 5).*

Sagaz (2024) elucida que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

[...] defende e luta por uma sociedade justa e igualitária e incorpora em suas definições o debate do feminismo. A luta pela emancipação das mulheres está vinculada a luta pelo direito à terra e ao território, a luta contra o capital e todas as formas de opressão e de exploração. (Sagaz, 2024, p. 17).

No decorrer da entrevista de uma das moradoras do Assentamento Dom Helder Câmara, ela cantou a seguinte música popular do MST: “só tem enxada e título de eleitor, para votar em seu fulano educado, que nada faz pelo pobre agricultor, que não tem terra pra fazer o seu roçado”. Uma forte crítica ao sistema de distribuição de terras brasileiro, isso nos relembra a importância dos representantes políticos na defesa dos direitos desses agricultores e agricultoras. Essa defesa, que em muitos casos não ocorre, os torna apenas o “fulano educado” que se recorda da população do campo somente em ano eleitoral.

De acordo com Souza e Lima (2023, p. 16), “a Reforma Agrária ou a política de assentamentos desenvolvida no Brasil é o meio pelo qual o Estado distribui terras atualmente. Ela está positivada em nosso ordenamento jurídico, autorizando o Estado a realizá-la”. Todavia, mesmo sendo dever do Estado realizar a distribuição de terras, por vezes o mesmo dificulta o processo. Portanto, é de suma importância o trabalho desempenhado por movimentos sociais na conscientização da classe trabalhadora sobre seus direitos.

A entrevistada 6 do Assentamento Padre Emílio April – Sítio Gordo relatou que: “sempre foi a CPT que nos apoiou, e a igreja que nunca abandonou. O apoio político nunca existiu para nós nesse tempo em que a gente começou a trabalhar”. Isso



evidencia a importância dos movimentos sociais e seus auxiliares no apoio aos trabalhadores rurais, neste caso em específico, na pessoa de Alaide Ribeiro, responsável por conseguir o apoio da CPT na luta pela conquista daquelas terras.

Chaves *et al.* (2021, p. 2) elucida que “hoje a participação das mulheres de maneira ativa nas diferentes ocupações da sociedade integra uma realidade cada vez mais crescente”. Elas são protagonistas em suas histórias, famílias e movimentos sociais. As agricultoras dos Assentamentos Padre Emílio April – Sítio Gordo e Dom Helder Câmara mostram, por meio de seus relatos, a importância que elas possuem dentro dos movimentos sociais, na Reforma Agrária e na emancipação política e social das mulheres rurais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, é possível compreender que a crescente participação das mulheres agricultoras no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT) caracteriza-se como um marco em suas vidas enquanto mulheres, cidadãs, agricultoras e membros da família da qual fazem parte. Integrar esses grupos possibilita que elas tenham reconhecimento político e identitário, fortalecendo sua presença frente à família, à sociedade e ao Estado.

A CPT é uma importante aliada na defesa dos mais vulneráveis no que se relaciona às injustiças praticadas contra eles pelo Estado. Igualmente, o MST atua nas pautas de lutas sociais e no processo de resistência dos povos rurais, desempenhando um papel fundamental na busca por igualdade de gênero no campo.

Conforme analisado, observa-se que as mulheres rurais estão ocupando os mais diversos espaços. Neste trabalho, analisamos suas participações na Reforma Agrária para a conquista de terras, realizada principalmente por meio dos movimentos sociais descritos acima e de grupos que os assessoram.

Constata-se que as entrevistadas e demais mulheres cuja história por elas foram narradas, atuaram brilhantemente em seus assentamentos de Reforma Agrária durante a reivindicação das terras e após a conquista. Ocupando cargos de liderança, foram à frente da luta guiando seus companheiros e companheiras, apoiando umas às outras quando o pensamento de desistir as sondava e superando as limitações impostas pelo machismo como tentativa de evitar que elas ocupassem esses espaços.



Em uma luta de caráter não apenas individual, mas também coletivo, atuaram enquanto sujeitos políticos e não se calaram diante da sociedade que insiste em tentar silenciá-las. Dessa forma, estima-se que esta obra sirva de aporte para fundamentar a participação das mulheres na Reforma Agrária Brasileira, reafirmando que elas existem, resistem e estão à frente na luta por seus direitos e garantias.

## AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos à minha orientadora, Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva Folhadela, ao Instituto Federal de Alagoas (IFAL), à Pró-Reitoria de Pesquisa, financiadora desta pesquisa e, principalmente, às moradoras dos assentamentos, em especial aquelas que concordaram em participar deste trabalho, compartilhando suas histórias e demais informações que foram essenciais na construção deste artigo.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 10., 2011, Curitiba. **Anais do X Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**, Curitiba, 2011.

BARROSO, L. S.; LOPES, S. L.; VASCONCELOS, K. C. Educação do Campo e a formação de professores: os movimentos sociais e o protagonismo das mulheres. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 10, n. 33, abr. 2024.

CARDOSO, A. E. R; PINTO, N. M. A. Movimento de mulheres rurais: participação política, trabalho e grupos produtivos. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 57724-57741, 2020.

CHAVES, Alessandra Muzzi *et al.* Análise teórica: a participação feminina na atividade econômica rural. In: **Agroecologia: métodos e técnicas para uma agricultura sustentável**, v. 4, p. 183-191, 2021.

FIGUEIRA, Pedro Henrique Caetano; PINHO, Leandro Garcia. Comissão Pastoral da Terra (CPT): sua origem e finalidade na luta pelo direito à terra. In: CONGRESSO FLUMINENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO, 8., 2023, Campos dos Goytacazes, RJ. **Anais...** Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2023.



GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

QUINES, Lisiane Moraes. **Lutas e conquistas das mulheres assentadas da reforma agrária em Sant'Ana do Livramento/RS**. 2023. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Sant'Ana do Livramento, 2023.

SAGAZ, Simoni. **A participação da mulher Sem Terra na construção da reforma agrária popular: experiência da Regional Porto Alegre (RS)**. 2024. 98 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) - Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2024.

SCHNORRENBARGER, Neusa; ANGELIN, Rosângela. Mulheres camponesas no Brasil: a luta por direitos de cidadania e reconhecimento identitário. **RBSD - Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 5, n. 3, p. 38-57, set./dez. 2018.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. Mulheres em luta pela reforma agrária popular: relações de gênero, desfazendo opressões, machismo e sexismo. **Escritas: Revista do curso de História de Araguaína**, v. 13, n. 1, p. 33-55, 2021.

SOUZA, José Roberto Silva de; LIMA, José Raimundo de Oliveira. Reforma agrária, economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário: uma relação dialógica. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 43, e200451, 2023.

